

IDENTIDADES PÓS-MODERNAS: REVISITANDO CONCEITOS

Edilson Floriano Serra¹

RESUMO: A partir do livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall, e *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, organizado por Tomaz Tadeu da Silva, são propostas neste artigo revisões acerca de conceitos que permeiam o conceito de identidade, tais como fragmento, multifacetação, crise, e o próprio conceito de “identidade” é revisto com intenção de se problematizar questões na ordem do dia, tanto para os Estudos Culturais quanto para outras áreas de atuação como, por exemplo, os estudos do feminino. Se há um jogo de paradigmas das identidades formuladas na chamada pós-modernidade, que paradigmas são esses e que tipo de jogo permeia esses confrontos? São algumas das questões problematizadas no trabalho que segue.

Palavras-chave: Identidades, sujeito fragmentado, sujeito multifacetado.

POST-MODERN IDENTITIES: REVISITING CONCEPTS

ABSTRACT: By seeking to understand *The cultural identity in postmodernity*, by Stuart Hall, and *Identity and difference: a cultural studies perspective*, organized by Tomaz Tadeu da Silva, revisions are proposed in this article about the concepts that underlie the concept of identity, as fragment and crisis, multifaceted skill, and the very concept of "identity" is reviewed with the intention to discuss issues on the agenda for both cultural studies and for other business areas such as, for example, studies of the female. If there is a set of paradigms of identity formulated in the so-called post-modernity: Which are these paradigms and which kind of game permeates these clashes? Some of the issues are outlined in the work that follows.

Keywords: Identity, subject fragmented, subject multifaceted.

O estudo sobre as identidades tem preenchido grande parte das prateleiras das bibliotecas de ciências humanas e ocupado um amplo espaço nos simpósios acadêmicos. Essa ocorrência demonstra a preocupação com as identidades como resultado da alteração dos sistemas simbólicos pelos quais essas identidades são representadas na contemporaneidade.

De acordo com Stuart Hall (2003), o processo de globalização distorceu a base das velhas economias, e no bojo das transformações faz-se necessário repensá-las. As certezas tênues da modernidade de repente precisaram ceder lugar aos paradoxismos que cada vez mais tomam conta do cotidiano das sociedades. “Há uma revolução transnacional que está remodelando as sociedades e a política ao redor do globo”, argumenta Tomás Tadeu da Silva

¹ Professor efetivo do IFMT, mestre em Estudos Literários e doutorando em Literatura Comparada pela UFRN.

(2000, p.21). Conforme Hall, no seu livro *A Identidade cultural na pós-modernidade*, que serve de base para nossos principais apontamentos, as identidades nacionais têm sido deslocadas e, juntamente com esses deslocamentos, inúmeras outras posições de identidades têm sido repensadas. Essas mudanças, no entanto, não estão ocorrendo apenas nas esferas global e nacional:

A formação da identidade ocorre também nos níveis local e pessoal. As mudanças globais na economia como, por exemplo, as transformações nos padrões de produção e de consumo e o deslocamento do investimento das indústrias de manufatura para o setor de serviços têm um impacto local. (HALL, 2000, p. 28).

Khathryn Woodward salienta que vários autores têm abordado a existência de uma “identidade em crise” devido às modificações desses contextos, e muito se discute a respeito das identidades: “Na arena global, existem preocupações com as identidades nacionais e com as identidades étnicas; em um contexto mais ‘local’, existem preocupações com a identidade pessoal, por exemplo, com as relações pessoais e com a política sexual” (WOODWARD, 2000, p. 37).

Para Woodward (2000), a crise das identidades² está associada ao que tem sido designado de “deslocamento”. Conforme esse conceito, as sociedades modernas não têm qualquer núcleo ou centro determinado capaz de produzir identidades fixas, mas, em vez disso, uma pluralidade de centros. A partir da noção de deslocamento, houve toda uma revisão do conceito de “classes sociais”, a saber: classe social conceitualizada a partir das análises marxistas; classe social como categoria mestra, reguladora de todas as outras funções sociais etc. Ao invés de haver uma força que regule, que molde as relações sociais, existe toda uma multiplicidade de centros norteadores dessas relações, incluídos tanto a macropolítica como a micropolítica, tanto os aspectos sociais quanto individuais.

As identidades, enquanto elementos de estabilidade dos sujeitos, enquanto algo essencial, conforme apontaram numerosas intelectuais feministas, como Hollanda (1994), Del Priori (2004) e Moreira (2003), estão comprometidas com a estrutura da lógica patriarcal em

² O termo “crise de identidade” foi utilizado pela primeira vez por Erik Erikson, em 1940, e a partir daí tem servido para designar aqueles sujeitos submetidos a contextos que deslocam suas economias simbólicas, ou seja, para designar uma pessoa que tem perdido o senso de “semelhança” pessoal na continuidade histórica.

sua realidade pragmática, que reforça o imaginário da mulher como “outro”. No conjunto de elementos que serviram para reforçar certas identidades como inferiores, o corpo foi provavelmente ao que mais se recorreu para construir tais argumentos. Nesse sentido, afirma Woodward que: “o corpo trata-se de um dos locais envolvidos no estabelecimento dos limites que nos definem, servindo de fundamento para a identidade” (WOODWARD, 2000, p. 15). Essa identificação, no entanto, não refere-se apenas ao aspecto físico do corpo, mas, acima de tudo, aos aspectos histórico, simbólico e social. Uma mulher pobre no Brasil, por exemplo, pode tanto se vincular às bandeiras políticas que defendem uma maior equiparação dos direitos das mulheres aos dos homens como pode unir-se à bandeira de classe ou ainda à luta por mais creche para seus filhos, entre tantos outros discursos que pode incorporar. Essa mesma mulher pode ainda, num terceiro momento, aglutinar as duas coisas, gênero e raça, identificando-se pelo discurso de mulheres negras.

O caso, acima citado, seria mais problemático do ponto de vista da identidade, por exemplo, se um homossexual, alegando questões de gênero quisesse fazer parte do movimento feminista. Ainda que sendo minoria, é improvável que esse sujeito seja incluído como imediatamente semelhante, porque é homem e o discurso de militância feminista prega um tipo de discriminação diferenciado em relação às mulheres. Vale ressaltar, o conceito de gênero tem aglutinado as “minorias” e, justamente por esse motivo, conforme apregoam as feministas mais radicais, tem perdido boa parte de sua eficácia retórica em favor do movimento.

Bauman (1998) questiona a pluralidade viciosa da pós-modernidade que tudo permite e, por isso mesmo, acaba por aprisionar os discursos desviantes. O relativismo que acata todas as ideias resulta quase sempre, em nosso contexto, numa negação ou simplificação de todas as ideias a guetos determinados. É interessante observar, nesse sentido, como funciona a construção da identidade feminina. Como firmar-se a partir daquilo que já não é? Ora, para afirmar se sou isso ou não sou isso é preciso, de antemão, estabelecer os paradigmas autorizantes de tais afirmações. Só que esses postulados já não existem da mesma forma, logo, qualquer afirmação de identidade deve ocorrer, toda vez, primeiramente, quero dizer, num eterno reinício. Porque não se estabelecem numa base sólida, mas movediça, precisam estar continuamente em movimento. Para aquelas minorias que desejarem afirmar algo, pode ocorrer o equívoco de negarem ou afirmarem totalidades que não existem mais, pelo menos não da

mesma forma. Eis o perigo que circunda as identidades e cujo resultado se tem denominado de crise.

A crise de um grupo pode não ser a crise de outro, no entanto. Pelo contrário, para as identidades dos excluídos só é possível a ascensão a partir de um suposto caos. Caos como aqueles que instauraram os vanguardistas na modernidade e deixaram atônitos os defensores da arte pura. Para os que eram destituídos de sua base, o mundo entrara em decadência e não havia mais futuro. Nesse bojo, mesmos os vanguardistas não saíram impunes, mas uma nova rota, ainda que difusa, imersa em contradições, foi apresentada como alternativa naquele contexto de fixidez. Mais tarde, descobriu-se que o terreno fértil da vanguarda seria a própria liquidez.

Em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2003) aponta uma crise de identidades que tem tomado conta e ressignificado o sujeito contemporâneo. Para o autor,

Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (HALL, 2003, p. 9)

Assim, não se trata de uma questão momentânea, trata-se de uma crise que mexe com os referenciais de reconhecimento do sujeito, provocada pela desestruturação da imagem própria, pela desestruturação da narrativa de si mesmo.

A questão que se coloca é: a crise das identidades existe para quem e em que medida? Para os negros, para as mulheres e outras minorias, ela realmente existe de que forma? O que parece estar em crise são as identidades constituídas a partir de uma economia baseada num centro de interesses bastante restrito, do sujeito que é do sexo masculino, de cor branca, europeu ou norte-americano, com orientações judaico-cristãs etc. São as identidades formuladas a partir desse centro que estão em jogo e, por isso, estão em crise; são seus paradigmas que têm sido postos em questionamento com o advento da pós-modernidade. Pensando em minorias, como podem estar em crise se são elas as principais beneficiadas com as novas demandas das identidades nas quais estão inseridas? Se são elas as responsáveis, em parte, pela instauração do suposto caos que toma conta dos sujeitos? Talvez não seja a palavra “crise” que melhor abarque essa conjuntura, já que carrega uma carga negativa, de desestruturação. Não abarca porque é justamente do caos que as identidades antes esquecidas se retiram; é justamente o caos

que deixa de designar o feminino e a etnia. No limite, *crise*: situação de tensão, conflito; estado de dúvidas ou incertezas; falta; penúria, não é a melhor definição para nosso contexto, ou, ainda, a crise pela qual passam as identidades dos excluídos constitui-se de paradigmas distintos daqueles do centro.

Colocar todas as identidades dentro de um mesmo conceito e afirmar que estão todas em crise é repartir uma demanda entre sujeitos em relações desiguais de poder, e quando isso acontece os que já são fortes acabam sempre mais fortalecidos: é o mesmo caso em que o patrão divide com os empregados os insucessos de suas empreitadas. A mulher só pode estar em crise na medida em que incorpora os discursos hegemônicos que atravessam suas identidades e assume a identidade formulada para si pelo patriarcado. Aparte isso, parece-me que suas identidades: multifocais, multifacetadas, como sujeito humano, dotado de *personas*, não estão em crise, mas em ascensão, organizando-se finalmente, é claro, fora dos antigos padrões de ordem, do mesmo modo que outras formas de reconhecimento cujo lugares históricos eram de subalternidade.

A “crise de identidade” não se configura, assim, em uma crise de todas as identidades, pois é uma crise propositadamente estabelecida pelos que estavam submersos. Trata-se, pois, de questionamentos conscientes e direcionados sobre determinados valores históricos, sociais políticos, econômicos e culturais associados à identidade do sujeito. Pensada dessa maneira, a remodelagem das identidades sofrida nas últimas duas ou três décadas reveste-se de atos políticos concebidos a partir de um amálgama de discursos que se entrecruzam dentro dos grupos sociais e irradiam-se para fora dos guetos a que comumente ficavam circunscritos.

Emprestando a ideia de Bauman (2004) sobre a liquidez na contemporaneidade, podemos afirmar que, em relação ao sexo, vivenciamos uma sexualidade líquida, ou seja, uma sexualidade que nem se projeta para um futuro tardio, porque suas lentes estão turvas demais para visualizar longas distâncias, nem se amarra ao passado na defesa de um “eu fui”, para elaborar o que é. A identidade sexual existe na medida em que o contexto imediato do presente se revela, é conforme ele que a identidade se oferecerá como isso ou aquilo, mediada oportunamente pelas promessas de prazer o quanto mais gratuito que lhe oferecerem. Não que aquela identidade da modernidade não agisse assim, só que, da mesma maneira que se vinculava ao futuro, estava atrelada ao passado que a constituiu. Antes o “eu” era o que a sua história

tinha produzido dele. O passado detinha quase todo o significado das identidades. Se eu fosse um *gay*, por exemplo, viveria no mundo *gay*, vestir-me-ia com roupas que mais ou menos marcariam isso, teria um modo de falar próprio e provavelmente não teria filhos, ou seja, assumiria uma história ao menos recente da cultura homossexual. Na atualidade, esses adereços da identidade têm menos significado. É comum hoje, por exemplo, os *gays* terem filhos a partir de uma relação heterossexual, mesmo depois de “assumida” sua “preferência” por pessoa do mesmo sexo, adotarem filhos ou se manifestarem a favor da adoção por casais homossexuais. A narrativa da identidade clássica deu lugar à descrição da identidade imediata. O que importa não é mais a história do sujeito, mas o cenário em que ele atua. Nessa lógica hedonista da pós-modernidade, pouco importa o papel que desempenhei ontem dentro do universo da sexualidade e sim as promessas de que desfruto agora para o alcance do prazer erótico. Vivemos a supremacia da identidade imediata. É conforme expectativas imediatas que constituirei meus posicionamentos de quaisquer espécies. Neste período contemporâneo, em que nada escapa ao esquema mercadológico, a identidade não se trata de uma exceção, deixou de ser referenciada como um conjunto de características compreendidas como inatas para subjugar-se a lógica do custo-benefício.

Dessa forma, o gênero, que antes seria o cercado seguro do sujeito, onde poderia operar com certa tranquilidade dentro de papéis previamente definidos, no contexto em que vivemos pode funcionar como uma prisão, uma vez que representa um significativo estreitamento de possibilidades de interação sexual.

É claro que, apesar disso, todos querem estar atrelados a um ponto de partida. Assim, estamos em crise na medida em que cada vez mais tentamos nos atrelar, como faziam nossos pais, às perdas bases significativas. Hoje esses pontos existem, são reconhecíveis, mais fluidos, funcionam apenas como uma base de lançamentos, não moradia, perenidade. Acontece que mais em crise estão aqueles que mais se beneficiavam da antiga estabilidade. Os soterrados, que em parte provocaram a fluidez e por conta dela emergiram, na medida em que tomam conta de sua situação, reconhecem que pouco perderam. Na lógica desse raciocínio, antigamente existia o homem branco norte-americano ou europeu e o Outro – a mulher, o negro, o colonizado etc. Na pós-modernidade, as referências de centro foram deslocadas, não se sabe o que é o nós, e que é o Outro, já que as vozes subalternas começaram a ecoar com as mesmas densidades

(não isoladamente, mas em conjunto) que aquelas costumeiras vozes de centro. Uma ecoando lá, outra encoando cá e outra acolá, transformaram o contexto do ouvinte de centro numa percepção de manicômio, mas não há fragmentação. Não é o Um que se partiu, ao Um foi acrescentado, superposto. Dessa forma, o conceito de fragmento, veremos mais adiante, está atrelado à visão de mundo ainda cartesiana, uma vez que entende o Um como esfacelado. Ora, não é isso que temos.

O sujeito iluminista, centrado, fixo, gravitando sempre em torno de um eixo duro, é interessante apenas para a sociedade de controle, (definida assim por Foucault, 1987), pois ao tornar uniforme o que é complexo facilmente distingue e condena as personalidades desviantes. De semelhante forma, a visão do sujeito sociológico, definido por Hall (2003), repercute na constituição da identidade. Conforme a visão sociológica, uma vez que a identidade é formulada dentro do espaço social, cabe ao meio moldar o que o sujeito será. No caso da identidade feminina, um conjunto de normas implícitas e explícitas foi estabelecido com a finalidade de propiciar seu assujeitamento conforme padrões pretendidos. À mulher, ainda, tanto na primeira quanto na segunda concepção de identidade, coube a inclusão da natureza como propiciadora de certas características que deveriam ser banidas e/ou contidas. Mas, na pós-modernidade, certas lógicas se reverterem, ou pelo menos são retiradas de seu conforto.

Através do raciocínio anterior, o sujeito pós-moderno ganha outro sentido. Uma das principais críticas que tem recebido esse sujeito é a de que esse cenário de subjetividades no qual circula, marcado pela relativização dos discursos, pelas vozes polifônicas que convivem no mesmo espaço, acaba por suprimir os discursos desviantes e privilegiar os discursos hegemônicos de manutenção da ordem estabelecida. Simplificando, dar voz a todos e a tudo equivaleria a dar voz a ninguém. Mas o que foi colocado em jogo na constituição das identidades foi a própria ideia de identidade formada a partir de um centro. Essa nova proposição, que questiona o centro, que caracteriza o sujeito em questão, no entanto, só pode ser derivada da periferia. Pois só a periferia é estrategicamente situada para enxergar o cosmos que gravita em torno das identidades.

É à negra americana citada por Hall que é dada a possibilidade tríplice de lutar pela bandeira de classe, pela bandeira do gênero, pela sua raça ou mesmo pela maternidade. Certamente não podemos ser inocentes em supor que não haja contradições terríveis permeando

as novas formas de identificações. Mas também é visível que das “minorias” é que emanam os sujeitos da contemporaneidade, pois são primeiramente essas “minorias” que precisaram multifacetar-se. Quem está no centro não precisa de outras identidades porque não reivindica nada, o centro é estático. É no bojo das lutas de emancipação, na inserção das “minorias” num espaço social menos injusto que essas múltiplas identidades tiveram de ser constituídas e reveladas. Dessa forma, a identidade cultural pós-moderna reveste-se de um caráter político bastante forte, uma vez que acontece em oposição a qualquer das outras duas concepções citadas por Hall (2003), ela ocorre, relativamente ao menos, de baixo para cima, não de cima para baixo, como se dava na formulação clássica.

Outro termo bastante questionável para o sujeito visto dentro da concepção pós-moderna é sua definição como “fragmentado” (HALL, 2003), uma vez que o conceito de fragmento só agrega a noção de unidade autônoma no conjunto de suas partes, para constituir-se, então, num mosaico. Tanto o mosaico quanto seu fragmento não permite que cada face apresentada pelo sujeito constitua um texto, uma unidade dotada de sentido a ponto de ser representada como uma identidade. O fragmento de um mosaico é, por si só, irreconhecível, desfigurado, e faz, no máximo, alusão a algo maior, ao que era: unidade. Dessa forma, a noção de sujeito como fragmento não se desatrela do sujeito como unidade fixa, tal qual foi concebido pelo sujeito iluminista.

A ideia de mosaico está vinculada ainda à lógica do *in-divíduo*, já que é uma tentativa de juntar, de formar um todo a partir de algo que outrora se esfacelou. E não é bem por isso que passa o sujeito contemporâneo. Ele não é fragmentado, é apenas multifacetado, tridimensionalmente, talvez infinitamente, mas cada uma de suas faces tem valor *per si*, significa a partir de si mesmo, possui independência, cada face tem sentido em seu isolamento, diferente do fragmento que sozinho sugere apenas – e sugere o passado – indicando sempre algo que se foi e só torna a significar a partir do momento que se junta a outras partes para formar uma nova unidade, o mosaico, a “colcha de retalhos”. E unidade não cabe para o sujeito que queremos classificar.

A identidade que se apresenta no contexto em que vivemos não procede dessa forma, mas, ao contrário, vincula-se, sobretudo, ao presente e ao futuro, ou a um “vir a ser”. A mãe, a esposa, a mulher, a filha, a empregada ou a patroa, a latina, a trabalhadora, a negra ou a branca,

enfim, qualquer identidade que o sujeito (no caso, feminino) use para seu reconhecimento, não constitui fragmento, pedaço, ou “colcha de retalhos”, mas uma face completa e reconhecível que convive em harmonia ou em conflito com outras faces do mesmo sujeito.

A ideia de fragmentação só pode partir de uma visão de centro para as margens, ou seja, é uma visão de quem está de fora do processo e o estranha. Para quem participa, no entanto, as narrativas identitárias, por mais complexas e contraditórias que sejam, têm uma estrutura definida, com começo, meio e fim, ainda que não necessariamente nessa ordem. As identidades multifacetadas também devem ser entendidas como fluidas, o que hoje é, amanhã poderá não ser. Há casos de faces de identidades que, dependendo do contexto no qual transitam, serão mais perenes, outras, mais inconstantes; fluidez é um termo que não pode faltar à caracterização das identidades da qual falamos.

Talvez o racionalismo fordista/taylorista ainda não esteja totalmente digerido pelas academias norte-americanas e europeias, daí seus pesquisadores associarem a ideia de fragmentação ao sujeito contemporâneo. No entanto, ao invés de seguir a lógica fordista, caracterizada pela produção fragmentada, em que cada sujeito experimenta apenas uma parte do processo; a lógica do excesso de produção, que não considera as demandas específicas do contexto ou a lógica da despersonalização, acarretada pela produção massiva, o sujeito contemporâneo está mais alinhado com as razões do toyotismo, que, embora também tenha se originado das ideias de Henry Ford e Frederick Taylor, baseia-se no princípio do *just in time*, que envolve a produção na sua totalidade, produzindo apenas o necessário em cada tempo; baseia-se na lógica da personalização do produto conforme a demanda exigir e, por último, baseia-se na lógica da multifuncionalização do sujeito envolvido no contexto de produção, em oposição ao fordismo/taylorismo, que singularizam as funções dos envolvidos.

Assim, ao invés de trabalhar o conceito de despersonalização embutido na ideia de fragmento, devemos reverter essa lógica da modernidade para outra, aquela que se opera na pós-modernidade, a superpersonalização, ou melhor, pluripersonalização do indivíduo. Na modernidade o processo de despersonalização é aquele que ocorre a partir do confronto entre sujeito e mundo e que tem como resultado a diluição do primeiro. O sujeito perplexo do período Entre-guerras, operando a partir do niilismo vanguardista ou fazendo solver a própria identidade ante o risco dos movimentos de opressão, fez operar processos de despersonalização.

Na pós-modernidade, em que o sujeito se coloca criticamente ante as transformações ocorridas nas sociedades, metamorfoseando-se conforme os contextos exigem um novo paradigma ou apresentam novas sugestões, como diria Bauman (1998), desconfiado em se deixar solver por verdades que sempre redundaram em sua opressão, (tal qual já ocorreu) não há que se falar em despersonalização, mas em pluripersonalização, que corresponde a um sujeito com um sem-número de faces governadas apenas pelo poder das circunstâncias.

Cada ser humano possui uma pluralidade de “eus”, de sujeitos, que tem como limite a própria capacidade de significar a linguagem nos mais variados contextos discursivos. Como precisa de uma estabilidade, porque o ser humano precisa classificar tudo ao redor, inclusive a si mesmo, adota um desses discursos como sendo ele próprio; mas basta que o terreno fique movediço para que sua configuração ganhe novas nuances.

A multiplicidade é uma característica humana, obviamente nem sempre necessária de maneira tão enfática, já que boa parte da história passamos atrelados a apenas um feudo, um gueto. Quando isso mudou e tivemos de transitar em praças distintas, tivemos de lançar mão do recurso da pluripersonalização, no qual os sujeitos periféricos certamente estão mais aptos que aqueles de centro. Por outro lado, falamos bastante das identidades do ponto de vista de sua construção; aos estudos de literatura feminina, por exemplo, ficou imanente o tema “a construção da identidade”, sendo que na maioria das vezes o processo que se dá não é de inexistência para a existência da identidade; ela não existia e passou a existir como querem fazer crer, numa construção. Na maior parte das vezes que tomam as identidades como sendo construídas, acredito que elas estejam, na verdade, sendo reveladas, pois partem de um lugar de isolamento, de negação, para a revelação, para demarcação num espaço a que antes não tinham acesso; antes disso estavam lá, silenciadas, mas guardadas em suas (in)completudes dentro de cada sujeito humano, conforme escreveu Montaigne: “cada homem leva em si a forma inteira da humana condição”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN. Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

_____. *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOLLANDA. Heloísa B. (Org.) *Tendências e impasses – O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaaios*. Tradução de Sérgio Milliet, 2ª ed. Brasília: UnB; Hucitec, 1987.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros. *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

PRIORI. Mary Del. *História das mulheres no Brasil* (Org.). Carla Bassanezi (coord. De textos). 7ª. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido em: 08 de março de 2016.

Aceito em: 31 de março de 2016.